

MERCADO EM 2022

# ECONOMIA ESPREITA EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA INTERNACIONAL



■ Os primeiros meses de 2022 coincidiram com um período de grande incerteza, decorrente, em particular, das dúvidas que se levantam, a nível global, sobre a evolução mais ou menos favorável da situação pandémica causada pela Covid-19, da inflação e da inevitável subida das taxas de juro, mas também dos braços de ferro de ordem geoestratégica que estão a travar-se na Europa, na América e na Ásia. Se incertezas não ajudam, não deixam de existir, ainda assim, ferramentas importantes que podem ajudar o País. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um dos exemplos.

Com uma economia aberta e muito exposta ao exterior, Portugal está, pelo já referido, muito à mercê da evolução que se verificar no quadro internacional. Pese embora os bons sinais de retoma económica e, por consequência, dos indicadores positivos que são dados pelo mercado da advocacia direcionada para dar apoio às empresas, a verdade é que tudo está dependente do que de bom e mau a conjuntura externa vier a oferecer.

Depois de uma contração tão pronunciada em 2020, devido à pandemia, este ano e o próximo são vistos como anos de crescimento

acentuado para a economia portuguesa. Em 2021 já sentimos o efeito de uma conjuntura de elevada liquidez no mercado e de um ambiente favorável ao investimento. Não tanto pela inflação que, por cá, parece controlada, mas por arrasto de uma decisão de subida de juros tomada centralmente.

Todas as projeções, quer de instituições nacionais, quer internacionais, como sejam o Banco de Portugal, o Conselho de Finanças Públicas, a OCDE, o FMI ou o BCE, umas um pouco mais otimistas que outras, apontam para um crescimento da nossa economia em cerca de mais um ponto percentual em 2022 (5,8%), face aos 4,8% do ano passado. Em 2023, contudo, já se deverá registar uma desaceleração, com o PIB a voltar a registar crescimentos inferiores a 3%.

A economia portuguesa em 2020 caiu cerca de dois pontos percentuais mais do que a dos restantes países da Zona Euro. As previsões apontam para que só se atinjam e ultrapassem os níveis de crescimento pré-pandemia em meados deste ano. Ainda segundo as projeções, a inflação deve subir, embora contidamente, para cerca de 2%. As expectativas são, ainda assim, que o consumo - quer privado

quer público - cresça, impulsionando o crescimento da economia.

A verdade é que o crescimento da nossa criação de riqueza continua relativamente anémico e, quando comparado com os nossos mais diretos concorrentes, designadamente os países de leste com economias emergentes, o nosso país perde posições, evidenciam alguns especialistas citados pelo Negócios. Estamos face a uma tendência crónica e que, em duas décadas, nenhum Governo até agora, conseguiu verdadeiramente inverter, não havendo indicadores que apontem para a quebra deste já longo ciclo.

Apesar deste cenário de curto prazo, que é de alguma retoma e, portanto, de algum ânimo relativo, não devemos esquecer que ainda pairam no ar alguns receios quanto ao comportamento da pandemia e quanto ao seu impacto nas economias portuguesa, europeia e mundial.

É também preciso estar atento, sublinha outra fonte, “à volatilidade e imprevisibilidade de outros fatores exógenos”, nomeadamente geopolíticos, evidencia outra fonte. As dúvidas surgem em torno da evolução da conjuntura...



CATOLICA  
FACULDADE  
DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO

# Materialize os seus sonhos

## Mestrado em Direito

- › Direito Privado
- › Direito Criminal
- › Direito da Empresa e dos Negócios
- › Direito Internacional e Europeu
- › Direito Fiscal
- › Direito Administrativo
- › Direito do Trabalho

*Personalize o plano de estudos - escolha entre mais de 100 disciplinas e seminários.*

## Mestrado em Direito e Gestão

Saiba mais  
[fd.porto.ucp.pt](http://fd.porto.ucp.pt)

Candidaturas  
[candidaturas@porto.ucp.pt](mailto:candidaturas@porto.ucp.pt)

☎ 939 450 000 / 939 450 012



internacional. Desde logo sobre as consequências que resultarão do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Ou seja, Além das questões estritamente de ordem nacional, “há que contar ainda com os ‘cisnes negros’ que trazemos do passado recente, a começar pela crise sanitária, passando pelos sérios conflitos geopolíticos, dos Estados Unidos com a Rússia e com a China, e culminando nos vários sinais de desagregação europeia, de que a inconsistência de posições face àqueles três gigantes da cena internacional é igualmente um sinal”, sublinha um ‘player’ da advocacia empresarial.

Num contexto de acentuado aumento das taxas de juro, o comportamento da economia nacional ficará também dependente da complacência, ou não, das regras de disciplina orçamental ditadas pela União Europeia. Porém, os recentes movimentos concertados dos países com as maiores economias, do lado do sul da Europa, Itália e França, a par de menor rigor do lado alemão, poderão permitir uma flexibilidade que os países do norte da Europa não tiveram na grande crise das dívidas soberanas. Mais, os fundos europeus do PRR irão também ser um fator muito importante no impulso da economia nacional.

Há assim que conseguir atrair capital, criar e reter talentos e estimular a apetência ao risco do investimento privado, sobretudo em setores exportadores. Só assim é possível criar riqueza e só criando riqueza é possível distribuí-la. Dizer o contrário é manter a ilusão de que é possível sustentar o crescimento com dívida. O que, mais tarde ou mais cedo, terá consequência ainda mais duras, sintetizou em declarações um ‘player’ do mercado da advocacia nacional. ■

#### CADERNO DE ENCARGOS PARA O SETOR DA JUSTIÇA

Maior celeridade, tribunais des congestionados e menos burocracias a nível processual. Quando o que está em causa é elaborar um caderno de encargos para o novo Governo de António Costa, os advogados que lidam com as empresas é aqui que centram as suas reivindicações. Uma justiça económica célere, transparente e eficaz cria maior confiança e satisfação junto das empresas e cidadãos, defendem alguns assessores jurídicos.

“O grande problema da justiça portuguesa, com impacto nas empresas é o tempo que ainda demora a fazer-se essa ‘justiça’. E, depois, o custo direto e indireto desse ‘tempo’ da justiça”. Isto, porque “a falta de garantia de uma justiça acessível e atempada assusta o empresariado nacional e afugenta o investidor estrangeiro, que procura, legitimamente, garantias de tranquilidade para o seu investimento”, entende um ‘player’ do setor. Que defende, por isso, “uma justiça não só operante, mas também atempada”.

Um dos seus pares sustenta, por outro lado, que “o sistema de justiça a funcionar de forma eficaz é fundamental numa economia que se quer pujante”. Tanto mais que, como adianta, “uma justiça lenta arrasta a economia e reduz a confiança”. Por isso, adianta, “é prioritário descongestionar os tribunais”.

Há quem também saliente a necessidade de maior celeridade da recuperação, ou insolvência, das empresas. “É fundamental identificarem-se de modo precoce as empresas ‘zombies’ que continuam, porém, a atuar no mercado e, com isso, contaminam a saúde financeira dos demais operadores económicos que com elas transacionam”. É também “fundamental, melhorar os tempos de cumprimento, da intervenção coerciva quando necessária e ainda da recuperação ou encerramento das empresas em dificuldades”. Evitar-se-ia, deste modo, que as dificuldades se propagassem pela economia, como uma bola de neve.

Se o propósito é apoiar as empresas, o acesso às linhas de crédito para recapitalização ou investimento “deve ser objeto de clarificação, com pressupostos mais transparentes, reduzindo a respetiva burocracia no procedimento de adesão”, defende outro ‘player’ do mercado português de advocacia. Mais, estes apoios deveriam poder ser utilizados “como verdadeiros mecanismos de reestruturação pelas micro, pequenas e médias empresas, que são a maior percentagem do nosso tecido empresarial”.

Tendo em consideração a estagnação da economia portuguesa que se verifica há vários anos, “é urgente e inadiável que o próximo Governo se foque em tomar medidas que permitam atrair investimento estrangeiro e estimular a atividade económica”, defende outro advogado. Até por isso, este advogado entende que na área da justiça económica, “importa trabalhar aspetos como a celeridade, transparência, eficácia, simplicidade e flexibilidade do sistema judicial, permitindo, desta forma, alcançar uma maior confiança e satisfação junto das empresas e cidadãos”.

